I - RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL

O Tesouro Nacional obteve no primeiro semestre um superávit primário acumulado de R\$ 4.135 milhões (0,84% do PIB), 45% superior ao apresentado em igual período do ano passado (R\$ 2.855 milhões, representando 0,71% do PIB).

TESOURO NACIONAL		_			
Necessidades de Financiamento	4000	1997	m R\$ mil 1997	hões de jui 1996	
	1996 JUN	MAI		JAN-JUN	1997
I. RECEITA	7.649	8.691	7.924	49.689	52.442
I.1 Administrada	7.472	8.341	8.404	48.868	51.636
I.1.1 Restituições	-24	-32	-515	-435	-736
I.2 Demais	308	428	190	1.605	1.873
I.3 Incentivos Fiscais	-108	-45	-155	-349	-331
II. DESPESA TOTAL	8.188	8.055	7.869	46.834	48.306
II.1 DESPESAS VINCULADAS	2.312	2.584	2.301	14.123	15.454
II.1.1 Transferências Constitucionais	1.720	2.100	1.650	11.716	11.786
II.1.2 Demais	592	484	651	2.407	3.668
II.2 DESPESAS ORDINÁRIAS	5.876	5.471	5.568	32.711	32.852
II.2.1 Pessoal e Encargos	4.175	3.346	3.285	22.337	20.617
II.2.2 Outros Custeios e Investimento	1.518	1.941	2.131	7.585	10.213
II.2.3 Operações Oficiais de Crédito	35	83	129	1.018	715
II.2.4 Restos a pagar	148	100	22	1.770	1.308
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I -	-540	637	56	2.855	4.135
IV. JUROS REAIS	663	1.195	1.117	4.512	6.385
V. RESULTADO OPERACIONAL (III -	-1.203	-558	-1.061	-1.657	-2.249
VI. CORREÇÃO	1.403	747	892	6.798	6.956
VII. RESULTADO NOMINAL (V - VI	-2.605	-1.305	-1.953	-8.455	-9.205
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO / (2)				0,71%	0,84%
IX. RESULTADO OPERACIONAL / (2)				-0,41%	-0,54%
X. RESULTADO NOMINAL /				-2,11%	-2,20%

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI

No mês de junho, houve superávit primário de R\$ 56 milhões. Este resultado, somado aos dispêndios com juros reais de R\$ 1.117 milhões, ocasionou um déficit operacional de R\$ 1.061 milhões no mês. Considerando-se também a correção monetária e cambial das dívidas, o déficit nominal ficou em R\$ 1.953 milhões.

⁽¹⁾Receitas líquidas de restituições

⁽²⁾ em relação ao PIB do período

Em junho, a receita total do Tesouro, apropriada pelo critério de competência, atingiu R\$ 7.924 milhões, apresentando um crescimento real de 3,6% em relação a junho de 1996. Se comparado com o mês anterior, a arrecadação diminuiu, em termos reais, 8,8%, devido às restituições de Imposto de Renda. Considerando-se, no entanto, todo o primeiro semestre, a arrecadação foi 5,5% superior, em termos reais, à de igual período de 1996. Este crescimento se deve, basicamente, à arrecadação da CPMF, de cerca de R\$ 2,9 bilhões.

A despesa total do mês foi de R\$ 7.869 milhões, 2,3% inferior à de maio. Tal desempenho continua refletindo a queda nos gastos com pessoal e encargos. Em junho, estes foram 1,8% inferiores a maio, e continuam dentro da média dos meses em que não há pagamentos extraordinários, como férias e 13º salário. A comparação direta com junho de 1996 é prejudicada pelo fato de que no ano passado a primeira parcela do 13º salário foi paga naquele mês. Na rubrica "outros custeios" foram liberados em junho R\$ 2.131 milhões, sendo que 42,0% deste valor são relativos ao Ministério da Saúde.

As despesas fiscais com as Operações Oficiais de Crédito somaram em junho R\$ 129 milhões. Este valor reflete o resultado líquido da compra e venda de produtos agropecuários adquiridos com a finalidade de regularização de estoques e as equalizações de preços e taxas.

TESOURO NACIONAL Operações Oficiais de Crédito Conceito de Necessidades de Financiamento	Em R\$ mil 1997 JUN
I. CUSTEIO AGROPECUÁRIO I.1 Equalização de taxas	20.047 20.047
II. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS II.1 E.G.F. I.1.1 Equalização de preços e taxas	107.398 25.884 25.884
II.2 A.G.F II.2.1 Venda II.2.2 Aquisição e outras despesas	81.514 24.386 105.900
III. FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES III.1 Equalização	2.010 2.010
IV. TOTAL	129.455

As compras de arroz, milho, juta/malva, e sisal, principalmente, contribuíram para o dispêndio de R\$ 81,5 milhões com compra líquida de estoques de produtos agrícolas e com a política de garantia de preços mínimos. O programa "Custeio Agropecuário" recebeu R\$ 20,0 milhões para equalização de taxas e o programa "Empréstimos do Governo Federal, R\$ 25,9 milhões, para equalização de taxas e pagamento de prêmios de liquidação de leilões.

Em junho, o Tesouro Nacional teve obrigações com juros reais líquidos, computados pelo critério de competência, no valor de R\$ 1.117 milhões. Comparando-se o primeiro semestre do ano, observa-se que as obrigações com juros foram 41,5% superiores às de 1996, devido, principalmente, ao crescimento do estoque da dívida pública mobiliária interna.

TESOURO NACIONAL - Juros reais	Em R\$ milhões de junho/97		
	1997	1996	1997
	JUN	JAN-JUN	JAN-JUN
I. JUROS REAIS - Competência	1.117	4.512	6.385
I.1. Dívida Mobiliária em Mercado	998	3.620	5.616
I.2. Contratual Interna - líquida	-204	-854	-1.119
I.3. Externa	323	1.746	1.887

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI

II - Dívida Pública

II.1 - Dívida Líquida

A dívida líquida do Tesouro Nacional em mercado compõe-se de todas as suas dívidas e haveres financeiros contra o setor privado financeiro e não-financeiro, setor público (exceto Banco Central) e o resto do mundo.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL			
EM PODER DO MERCADO	Em R\$ milhões de junho/97		
	1996	1997	1997
	DEZ	MAI	JUN
,			
I. DÍVIDA INTERNA	76.025	77.389	79.161
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	90.264	95.523	96.664
Dívida Contratual	-14.239	-18.133	-17.503
II. DÍVIDA EXTERNA	57.120	57.954	57.799
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL	133.145	135.343	136.960
IV. DIVIDA LÍQUIDA / PIB	16,4%	16,3%	16,4%

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI

Em junho, a dívida líquida do Tesouro Nacional cresceu 1,2% em relação ao mês anterior, atingindo R\$ 137,0 bilhões (16,4% do PIB). Do total da dívida líquida, 70,6% correspondem à dívida mobiliária em mercado, e 42,2%, à dívida externa.

II.2 - Dívida Mobiliária

STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

O estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal - DPMF, de responsabilidade do Tesouro Nacional alcançou, em junho, R\$ 120,8 bilhões, dos quais 80,0% estão em poder do mercado. A dívida neste segmento cresceu 1,4% em relação ao mês anterior, equivalendo hoje a 11,6% do PIB. A utilização de R\$ 811 milhões provenientes de emissão de Global Bonds contribuiu para reduzir a emissão líquida de dívida interna.

TESOURO NACIONAL - DPMF			
Em R\$ milhões de	1996	1997	1997
junho de 1997	DEZ	MAI	JUN
I. DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	119.523	119.164	120.791
I.1 Dívida com Mercado	90.264	95.523	96.664
I.1.1 LTN	50.134	52.768	53.495
I.1.2 NTN-D	12.976	14.824	14.730
I.1.3 NTN-H	10.555	11.041	11.353
I.1.4 Demais	16.599	16.889	17.086
I.2 Dívida com BACEN	29.259	23.641	24.127
I.2.1 NTN-B	2.485	2.562	2.578
I.2.2 NTN-C	6.411	3.775	3.235
I.2.3 NTN-D	16.241	4.154	3.959
I.2.4 NTN-L	3.055	3.101	3.109
I.2.5 Demais	1.068	10.049	11.246
II Dívida MERCADO/PIB	11,1%	11,5%	11,6%

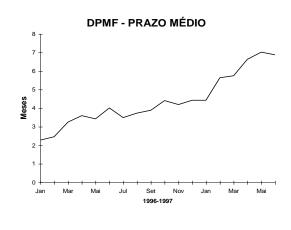
VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI

A composição da dívida mobiliária em mercado continua praticamente constante: as Letras do Tesouro Nacional - LTN representam 55,3% do total e as Notas do Tesouro Nacional - NTN, 44,7%. Em junho, houve quatro leilões de LTN, sendo dois de 182 dias, somando R\$ 8,0 bilhões, com uma taxa média de 22,44% a.a., e dois de 365 dias, somando R\$ 1,2 bilhões, a uma taxa média de 23,09% a.a. Ocorreram, também, dois leilões de NTN-D, um para 24 meses, no valor de R\$ 1,17 bilhões a uma taxa de 11,74% a.a. mais variação cambial e o outro para 36 meses, com valor de R\$ 600 milhões, a uma taxa de 11,88% a.a., além da variação cambial. Houve ainda uma emissão de R\$ 3,2 bilhões em NTN-H de seis meses, à taxa de 12,89% a.a. mais variação da TR.

Neste mês, o prazo médio dos títulos emitidos através de processo competitivo de formação de taxas reduziu-se ligeiramente, passando de 7,02 meses em maio para 6,87 meses em junho.

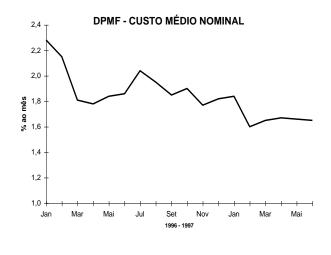
STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL				
PRAZO MÉD	IO NO MERC	CADO		
PERÍODO		EM MESES		
1996	Jan	2,27		
	Fev	2,46		
	Mar	3,25		
	Abr	3,60		
	Mai	3,42		
	Jun	4,01		
	Jul	3,49		
	Ago	3,73		
	Set	3,88		
	Out	4,40		
	Nov	4,19		
	Dez	4,42		
1997	Jan	4,42		
	Fev	5,64		
	Mar	5,74		
	Abr	6,63		
	Mai	7,02		
	Jun	6,87		



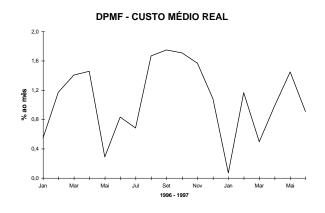
Em junho, o custo nominal médio dos títulos competitivos em mercado foi de 1,65%. Em termos reais, utilizando o IGP-M como deflator, esse custo foi de 0,90% a.m. Comparado ao custo de oportunidade do Tesouro, medido pela taxa SELIC, o custo médio da dívida, em junho, foi de 0,04%.

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL CUSTO MÉDIO NOMINAL NO MERCADO				
CUSTO MEDIC) NOMINAL I	NO MERCADO		
PERÍO	DO	% AO MÊS		
1996	Jan	2,28		
	Fev	2,15		
	Mar	1,81		
	Abr	1,78		
	Mai	1,84		
	Jun	1,86		
	Jul	2,04		
	Ago	1,95		
	Set	1,85		
	Out	1,90		
	Nov	1,77		
	Dez	1,82		
1997	Jan	1,84		
	Fev	1,60		
	Mar	1,65		
	Abr	1,67		
	Mai	1,66		
	Jun	1,65		



STN SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

_6			
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL			
CUSTO MÉD	IO REAL NO	MERCADO(*)	
1996	Jan	0,54	
	Fev	1,17	
	Mar	1,40	
	Abr	1,46	
	Mai	0,29	
	Jun	0,83	
	Jul	0,68	
	Ago	1,67	
	Set	1,75	
	Out	1,71	
	Nov	1,57	
	Dez	1,08	
1997	Jan	0,07	
	Fev	1,16	
	Mar	0,49	
	Abr	0,98	
	Mai	1,45	
	Jun	0,90	
(*) EM RELAÇÃO	AO IGP-M		



II.3 - Dívida Contratual

A dívida contratual líquida do Tesouro Nacional é negativa, representando, em junho, um haver de R\$ 17.503 milhões.

Quanto à composição deste haver, destacam-se os créditos aos Estados resultantes de dívidas assumidas pela União, ao amparo da Lei n.º 8.727/93 (R\$ 39.130 milhões). As dívidas assumidas à época somam R\$ 38.786 milhões, praticamente contrabalançando os créditos. Outros ativos do Tesouro são os créditos contra os Estados no âmbito da Lei 7976/89 (R\$ 9.389 milhões) e os derivados da renegociação da dívida externa (R\$ 21.289 milhões).

DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACION	AL		
EM PODER DO MERCADO	Em F	t\$ milhões de j	junho/97
	1996	1997	1997
	DEZ	MAI	JUN
Total	-14.239	-18.133	-17.503
Lei 8.727/93	-38.082	-38.897	-39.130
Lei 7976/89	-8.917	-9.548	-9.389
Bônus Renegociação	-17.087	-21.706	-21.289
Dívida Bancária	37.747	38.555	38.786
Crédito Securitizado	8.367	9.513	9.546
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.628	2.861	2.878
Debêntures	1.090	1.054	1.060
Outros	15	36	36

VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI

Os passivos contratuais são compostos pela dívida bancária (R\$ 38.786 milhões), pelos créditos securitizados (R\$ 9.546 milhões), títulos da dívida agrária (R\$ 2.878 milhões), debêntures (R\$ 1.060 milhões) e outros (R\$ 36 milhões).

II.4 - Dívida Externa

O saldo da dívida externa do Tesouro teve pequena redução em junho, somando R\$ 57,8 bilhões, apesar das emissões de Global Bonds (títulos de captação, no valor de US\$ 3 bilhões) e Euroliras (US\$ 294 milhões). Os encargos financeiros desta dívida pagos no mês foram de R\$ 756,0 milhões, sendo R\$ 310,5 milhões para o Clube de Paris, R\$ 216,9 milhões para pagamento de juros relativos aos IDU Bonds (títulos resultantes da renegociação da dívida externa), R\$ 109,1 milhões para pagamento de juros e outros encargos dos Brady Bonds (também da renegociação) e Global Bonds e R\$ 39,0 milhões relativos a dívidas junto a bancos privados e agências governamentais.

TESOURO NACIONAL Encargos da Dívida Externa	junho R\$ mil
I Encargos Totais	756.031
I.1. Organismos Multilaterais	11.544
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	39.028
I.3. Dívida Mobiliária Externa	394.770
I.3.1. Bea/Idu Bonds	216.933
I.3.2. Euroliras	6.378
I.3.3. Euroienes	45.136
I.3.4. Eurolibras	17.147
I.3.5. Brady/Global Bonds	109.176
I.4. Clube de Paris	310.469
I.5. Despesas Administrativas	220